



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141479 - PR (2021/0014211-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : RAFAEL HENRIQUE DE ALMEIDA BRAGAGNOLO
ADVOGADO : THIAGO ISSAO NAKAGAWA - PR049807
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL HENRIQUE DE ALMEIDA BRAGAGNOLO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0059815-09.2020.8.16.0000).

O recorrente foi preso preventivamente como incurso no art. 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, por 227 vezes, na forma dos arts. 29 e 69, ambos do Código Penal.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, não tendo demonstrado, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não haveria contemporaneidade entre a segregação antecipada e os fatos que lhe foram imputados, que teriam ocorrido no ano de 2015, ou seja, há mais de 5 anos.

Destaca, ainda que seja considerado reincidente, tal fato, por si só, não preponderaria sobre o seu direito à liberdade.

Alega que possui residência fixa e ocupação lítica, predicados que lhe permitiriam responder ao processo solto.

Argumenta que o magistrado singular não teria justificado a impossibilidade de substituição da medida extrema por cautelares diversas.

Ressalta que a pandemia de coronavírus reforçaria a impossibilidade de manutenção da custódia, notadamente em casos como o presente, em que se está diante de crime praticado sem violência ou grave ameaça.

Requer, liminarmente e no mérito, que lhe seja concedida liberdade provisória, com ou sem a aplicação de medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 569-573):

Extrai-se, da análise dos autos, que o paciente teve a prisão preventiva decretada, em 24.07.2020, pela prática, em tese, pela prática, em tese, dos delitos do art. 1º, §4º, da Lei nº 9.613/1998 (lavagem de ativos), com as alterações promovidas pela Lei nº 12.850/12, por 227 (duzentos e vinte e sete) vezes, todos combinados com os artigos 29 e 69, ambos do Código Penal.

No que tange à questão levantada acerca da pandemia causada pelo COVID-19, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido no sentido de que a propagação do COVID-19 não constitui, por si só, motivo para a revogação de prisão preventiva anteriormente decretada.

A questão deve ser analisada diante de cada caso, sendo possível a revogação da prisão preventiva, tão somente, quanto o paciente estiver inserido no grupo de risco e houver possibilidade de substituição da medida imposta:

[...]

Ressalte-se, por oportuno, que a Recomendação nº 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que trata acerca do tema, não veda a decretação da prisão preventiva, mas recomenda, apenas, a observação da excepcionalidade da medida, conforme seu art. 4º, III.

No caso em tela, no entanto, não foi alegado e sequer comprovado que a paciente se amolda ao grupo de risco, não havendo, portanto, o direito de responder ao processo em liberdade, ao argumento de que a pandemia gerada pelo COVID-19 gera riscos à saúde da paciente.

No que tange ao pleito de concessão da liberdade provisória cumulada com a medida cautelar de monitoramento eletrônico, em razão da ausência de fundamentação quando da decretação da prisão preventiva, razão não lhe assiste.

O juiz fundamentou a necessidade da prisão preventiva do paciente a quo na garantia da ordem pública, em razão dos crimes terem sido cometidos em favor de organização criminosa de alta complexidade, conhecida como PCC (Primeiro Comando da Capital), que atua em todo o território nacional e comumente emprega armas de fogo em suas ações.

Assim, ao contrário do que quis fazer crer a defesa, a prisão preventiva não foi decretada, apenas, com base na gravidade em abstrato do delito, mas com base nas informações obtidas na fase investigatória que apontaram para a participação da paciente em facção criminosa complexa.

Fundamentou-se, portanto, a prisão preventiva do paciente, nos seguintes termos:

“RAFAEL HENRIQUE DE ALMEIDA BRAGAGNOLO, por sua vez, segundo o até então apurado, integrou a organização criminosa em questão, sendo o responsável por passar à irmã orientações a respeito das movimentações bancárias que deveriam ser feitas em benefício da facção, evidenciando a alta reprovabilidade de sua conduta.

As mensagens trocadas entre eles demonstram que efetivamente integra a

facção, além de estar associado com caráter permanente para a prática delitiva, considerando a frequência com que efetuava transações, na conta de ELIZA, com dinheiro de origem supostamente ilícita.

(...) Afora a gravidade concreta dos fatos de cuja prática são acusados, consoante acima detalhado, as circunstâncias pessoais dos requeridos ALEXANDRE DOS SANTOS ÂNGELO, RAFAEL HENRIQUE DE ALMEIDA BRAGAGNOLO e RICARDO HENRIQUE DA COSTA ALVES são desfavoráveis, sendo eles reincidentes.

(...) RAFAEL HENRIQUE DE ALMEIDA BRAGAGNOLO, por sua vez, foi condenado pelo Juízo da 2ª Vara Criminal pelo crime de roubo majorado, a 8 (oito) anos de reclusão, em regime semiaberto, cujo trânsito em julgado ocorreu no dia 18 de julho de 2019.

Além disso, foi denunciado perante o Juízo da 4ª Vara Criminal no dia 12 de junho de 2019 pelo crime de tráfico de drogas, tendo a denúncia sido recebida em 2 de março de 2020, não havendo notícia de ter sido proferida sentença em tais autos.

Evidencia-se, por todo o exposto, a necessidade de prisão preventiva dos requeridos RAFAEL HENRIQUE DE ALMEIDA BRAGAGNOLO, GLEICIANE DOS SANTOS SILVA, ALEXANDRE DOS SANTOS ÂNGELO e RICARDO HENRIQUE DA COSTA ALVES para a garantia da ordem pública, não só pela complexidade e caráter de habitualidade dos crimes que lhes são imputados, como, no tocante aos requeridos RAFAEL, ALEXANDRE e RICARDO, demonstrarem completa ausência de freios inibitórios, de modo que, em liberdade, representam risco à ordem pública, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, haja vista a possibilidade concreta de reiteração criminosa". (mov. 7.1, dos autos nº 0039232-58.2020.8.16.0014).

Especificamente quando ao paciente, constatou-se que integra a organização criminosa, repassando à sua irmã orientações para a realização de transferências bancárias, em benefício da facção. Ressaltou-se, ainda, a reincidência e a frequência com que eram realizadas as transações bancárias para evidenciar a possibilidade de reiteração delitiva. Assim, conclui-se pela impossibilidade de substituição

da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, em especial, o monitoramento eletrônico, pois, as medidas cautelares devem ser aplicadas de acordo com o art. 282, do Código de Processo Penal, que prevê, in verbis: "Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado". Desse modo, ainda que os crimes supostamente praticados pelo paciente não tenham sido cometidos mediante violência ou grave ameaça, tem-se que suas condições pessoais indicam, de forma veemente, para a possibilidade de reiteração delitiva.

Acrescente-se que há fortes indícios de participação em facção criminosa que atua em âmbito nacional e, comumente, utiliza armas de fogo em suas ações.

Resta claro, portanto, que as medidas cautelares diversas da prisão não são suficientes para acautelar a garantia da ordem pública, no caso em tela.

Destarte, a prisão preventiva foi decretada, corretamente, em razão de o paciente integrar, de forma ativa, setor de organização criminosa complexa, com atuação nacional, conhecida como PCC, tendo, supostamente, praticado, por diversas vezes, o delito de lavagem de ativos, em favor da facção criminosa.

Frise-se, por oportuno, que a alegação de que o paciente possui residência fixa e ocupação lícita não afasta a prova da materialidade e os indícios de autoria dos delitos em análise, não sendo argumentação hábil a afastar, na espécie, a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

E, mais, a prisão preventiva, como prisão cautelar, prescinde de provas da autoria dos crimes, ao contrário do que quis fazer crer a defesa, sendo necessária, para a sua decretação, apenas, prova da materialidade do crime e indícios de autoria, consoante o art. 312, do CPP.

Resta claro, portanto, que a decisão que decretou a sua prisão preventiva foi devidamente fundamentada, levando em conta, inclusive, o risco que a liberdade do paciente gera à sociedade, por estar ligada ao PCC.

Nesse diapasão, as condutas relatadas na decisão se adequam, perfeitamente, aos artigos 312 e 313, do Código de Processo Penal, sendo cabível a prisão preventiva.

Ademais, conforme bem apontado pela Procuradoria Geral de Justiça, a contemporaneidade da prisão preventiva não constitui regra absoluta, havendo entendimento jurisprudencial no sentido de que, em

caso de crimes permanentes, como o de organização criminosa, a contemporaneidade está presente enquanto não cessar a participação do acusado na facção. Outrossim, não tendo sido efetuada a prisão em flagrante, a prisão preventiva pode ser decretada, somente, após as investigações, não havendo, neste caso, ausência da contemporaneidade.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência